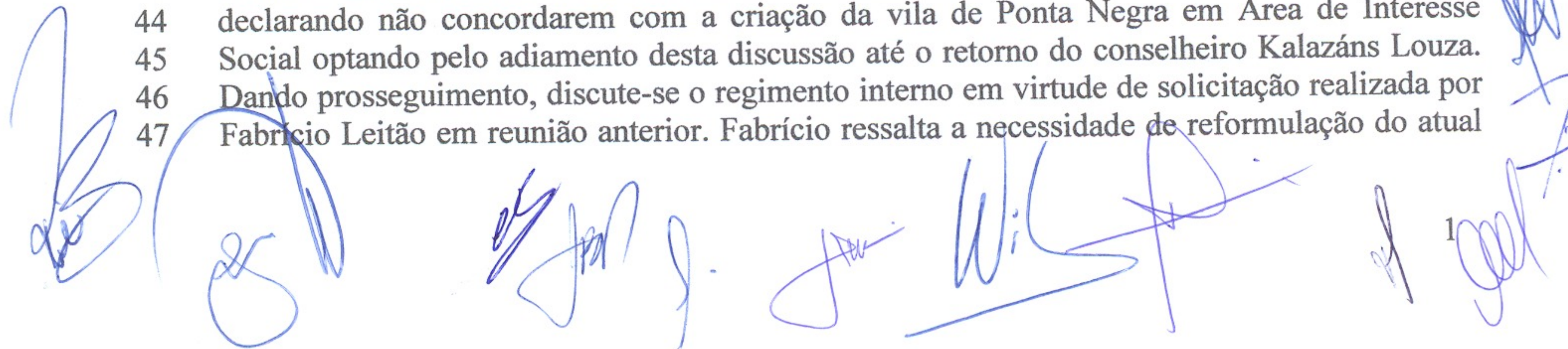


ATA REFERENTE À 187ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
URBANO E MEIO AMBIENTE – CONPLAM.


1 Aos vinte e oito do mês de julho do ano de dois mil e nove as nove horas, reuniu-se no  
2 auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do  
3 Norte - CREA/RN, na Avenida Senador Salgado Filho, 1840 - Lagoa Nova, o Conselho  
4 Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - CONPLAM, na 187ª Reunião  
5 Ordinária do colegiado, sob a presidência do Presidente o senhor Kalazans Louzá Bezerra da  
6 Silva. Presentes os conselheiros: José Bonifácio da Silva Neto, Titular da Aeronáutica,  
7 Raimundo Nonato Mota, suplente da Aeronáutica, Francisco Assuero Bezerra de França,  
8 titular da Associação dos Geólogos do Rio Grande do Norte – AGERN, Raniere de Medeiros  
9 Barbosa, titular da Câmara Municipal, Wilson Luiz Cardoso, titular do Clube de Engenharia,  
10 Cláudio Negreiros Bezerra suplente do Clube de Engenharia, Edson Massayuki Hiroshi, titular  
11 do Exército, José Vicente de Assis, suplente da Federação dos Conselhos  
12 Comunitários/Entidades Beneficentes do Rio Grande do Norte – FECEB, Ronald Gurgel,  
13 titular da Federação do Comércio – FECOMERCIO, Sílvio de Araújo Bezerra Federação,  
14 titular da Federação das Indústrias do RN – FIERN, Aldo Medeiros Junior, suplente do  
15 Governo do Estado, Néio Lúcio Archanjo, titular do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB,  
16 Marcos da Cunha Borges, suplente da Marinha, Davi Queiroz de Medeiros, titular do  
17 Sindicato dos Economistas do Rio Grande do Norte, Keila Brandão Cavalcante, suplente do  
18 Sindicato dos Sociólogos, Fabrício de Paula Leitão, titular da Universidade Federal do Rio  
19 Grande do Norte - UFRN e Maria Cristina de Moraes, suplente da Universidade Federal do  
20 Rio Grande do Norte - UFRN. O presidente inicia a sessão colocando como ponto de pauta a  
21 posse do representante da aeronáutica o conselheiro José Bonifácio da Silva Neto, da  
22 Federação dos Conselhos Comunitários/Entidades Beneficentes do Rio Grande do Norte –  
23 FECEB, o conselheiro José Vicente de Assis, convidando ambos para realizarem a assinatura  
24 do termo de posse. Informa constarem como assuntos de pauta: a) Processo nº 032591/2007-  
25 71, que tem como interessado a DIAGONAL EMP. E ENG. LTDA tratando-se de um  
26 empreendimento de uso misto composto de três torres, residencial, comercial e “flat”,  
27 localizado na Av. Alexandrino de Alencar, Bairro do Tirol; b) Processo nº 014163/2009-28  
28 que tem como interessado a NOVA PETRÓPOLIS INCORPORAÇÕES LTDA cujo assunto é  
29 um empreendimento multifamiliar compreendido por 03 etapas onde as etapas 01 e 02 são  
30 constituídas por 05 torres denominadas 01 a 05, cada uma com 21 pavimentos (térreo + 20  
31 pavimentos) com 04 apartamentos por pavimentos num total de 800 unidades e a etapa 03  
32 com 19 pavimentos (térreo + 18 pavimentos tipos) com 04 apartamentos por pavimentos num  
33 total de 288 unidades; c) Processo 014101/2009-18 do MINISTÉRIO DA DEFESA que trata  
34 da licença ambiental para atividade de terraplanagem em área militar localizado ao lado da  
35 Ponte Nova (Ponte Newton Navarro) como solicitado no ofício nº 013/09 o qual solicita a  
36 realização da atividade sob justificativa da segurança nacional. Em decorrência da retirada de  
37 pauta por parte do relator conselheiro Wilson Cardoso do processo de regularização do  
38 empreendimento, e do não comparecimento dos relatores dos demais processos ao início das  
39 atividades, o presidente optou pelo seguimento das discussões até que o primeiro relator em  
40 condições de expor o processo se apresente à reunião. Convoca em seguida o vice presidente  
41 Fabrício de Paula Leitão para que assuma a presidência da reunião enquanto ele conclui outras  
42 atividades realizadas em horário concomitante. Assumida a presidência pelo Vice Presidente  
43 Fabrício Leitão iniciou a retirada do abaixo assinado dos moradores do bairro de Ponta Negra  
44 declarando não concordarem com a criação da vila de Ponta Negra em Área de Interesse  
45 Social optando pelo adiamento desta discussão até o retorno do conselheiro Kalazans Louza.  
46 Dando prosseguimento, discute-se o regimento interno em virtude de solicitação realizada por  
47 Fabrício Leitão em reunião anterior. Fabrício ressalta a necessidade de reformulação do atual

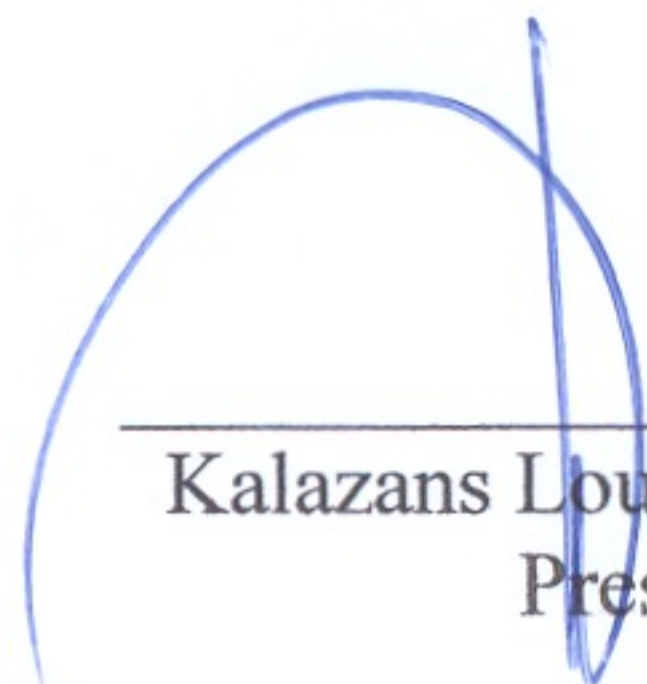


48 regimento interno em razão deste se encontrar ultrapassado com o acréscimo do que se faça  
49 necessário. Lembra também que muitos decretos publicados no Diário Oficial não foram  
50 acrescidos diretamente ao regimento passando a vigorar de forma autônoma. Sugere a  
51 designação de um grupo de conselheiros para ficarem responsáveis pela revisão do regimento  
52 indicando as alterações necessárias. A conselheira Maria Cristina de Moraes solicita a palavra  
53 para legitimar a proposta do conselheiro Fabrício. O conselheiro Francisco Assuero B. de  
54 França solicita à secretaria que seja encaminhado cópia do antigo regimento para cada  
55 conselheiro de forma que eles possam analisá-lo e em reunião posterior levantar os devidos  
56 questionamentos, estabelecendo um prazo certo para a sua discussão. Fica, pois, decidida a  
57 data de 11 de Agosto do corrente ano para a realização de reunião sobre a temática do  
58 regimento interno. O conselheiro Aldo Medeiros Júnior intervém solicitando a retirada nesta  
59 sessão e inclusão na próxima reunião do processo sob a sua relatoria da DIAGONAL EMP. E  
60 ENG. LTDA que é acolhido pelo pleno. Em seguida, Fabrício Leitão passa para a aprovação  
61 da ATA da reunião Ordinária 186<sup>a</sup>. Néio Archanjo pede a palavra para questionar acerca da  
62 problemática das infrações decorrentes de construções irregulares que se deram em razão da  
63 morosidade na concessão de alvarás de construção constatada na gestão anterior e, embora  
64 resolvido na presente gestão, ainda produza efeitos reais uma vez que as multas decorrentes  
65 deste período agora estão sendo aplicadas. O Vice Presidente defende que tal assunto deve ser  
66 esclarecido pelo Presidente Kalazans Bezerra que, enquanto Secretário da Secretaria de Meio  
67 Ambiente e Urbanismo - SEMURB, poderá dar os devidos esclarecimentos. Retomada a  
68 temática da Ata da 186<sup>a</sup> reunião, Francisco Assuero B. de França defende a existência de duas  
69 espécies de Atas, uma analítica e outra sintética. Na primeira é exposto todo o conteúdo  
70 proferido na reunião, enquanto na segunda apenas se expõe os pontos principais da reunião, os  
71 temas discutidos e as respectivas deliberações. Continua pronunciando a necessidade de  
72 alteração do modelo de Ata de forma a se adequar às necessidades do Conselho. O conselheiro  
73 Wilson Luiz Cardoso aproveita para lembrar que é do interesse da presidência a efetivação da  
74 leitura prévia por esta em momento anterior ao envio da mesma para os conselheiros e sugere  
75 que a temática seja retirada de pauta de forma a permitir que os conselheiros realizem uma  
76 leitura mais aprofundada da mesma e desta forma realizem os devidos posicionamentos. O  
77 conselheiro Fabrício de Paula Leitão retoma a palavra passando a discussão para o próximo  
78 assunto em pauta em razão da chegada dos conselheiros relatores dos processos. Transferiu a  
79 palavra para o conselheiro Néio Lúcio Archanjo o qual tratou de assuntos ao processo da  
80 empresa Nova Petrópolis Incorporações Ltda. Néio Archanjo começa a sua exposição  
81 relatando que o projeto consiste em condomínio residencial multifamiliar composto por 14  
82 (quatorze) torres de 20(vinte) pavimentos localizado na Zona Norte o qual passou a apresentar  
83 em meio audiovisual. Sua construção possui três etapas, as duas primeiras com a entrega de  
84 cinco torres e a subseqüente com a entrega de quatro torres. Tal empreendimento possui um  
85 espaçamento confortável entre torres e um nível de adensamento populacional baixo. A  
86 empresa ingressou com processo na STTU durante o período de vacância do novo Plano  
87 Diretor e na SEMURB tendo sido aprovado na primeira com a realização de algumas  
88 exigências dentre as quais a abertura de via pública e a realização de passagem sobre nível. O  
89 processo foi enviado à CBTU, no Rio de Janeiro para se analisar a passagem sobre nível  
90 obtendo parecer favorável com a única ressalva da elaboração do projeto estrutural. O  
91 processo também foi submetido ao DER por ser Av. João Medeiros Filho uma rodovia  
92 estadual – BR 302 e cuja exigência consistiu na alteração de um dos retornos existentes. O  
93 Relatório de Impacto sobre o Tráfego Urbano – RITUR, mostrou que existe uma capacidade  
94 de suporte à implementação do tráfego proveniente deste empreendimento. Os demais  
95 conselheiros solicitam esclarecimentos sobre detalhes do mapa e dos projetos sendo  
96 respondidas as indagações caso a caso. O Vice Presidente Fabrício Leitão pede a palavra para  
97 transferir a presidência da sessão para o senhor Kalazans Bezerra, que retorna à reunião,  
98 convidando-o a se inserir no debate em curso. O conselheiro Néio Archanjo passa à leitura das  
99 especificações técnicas do empreendimento. Em relação à inserção da área do  
100 empreendimento na Zona de Preservação Ambiental n°8, o parecer do Procurador Geral do

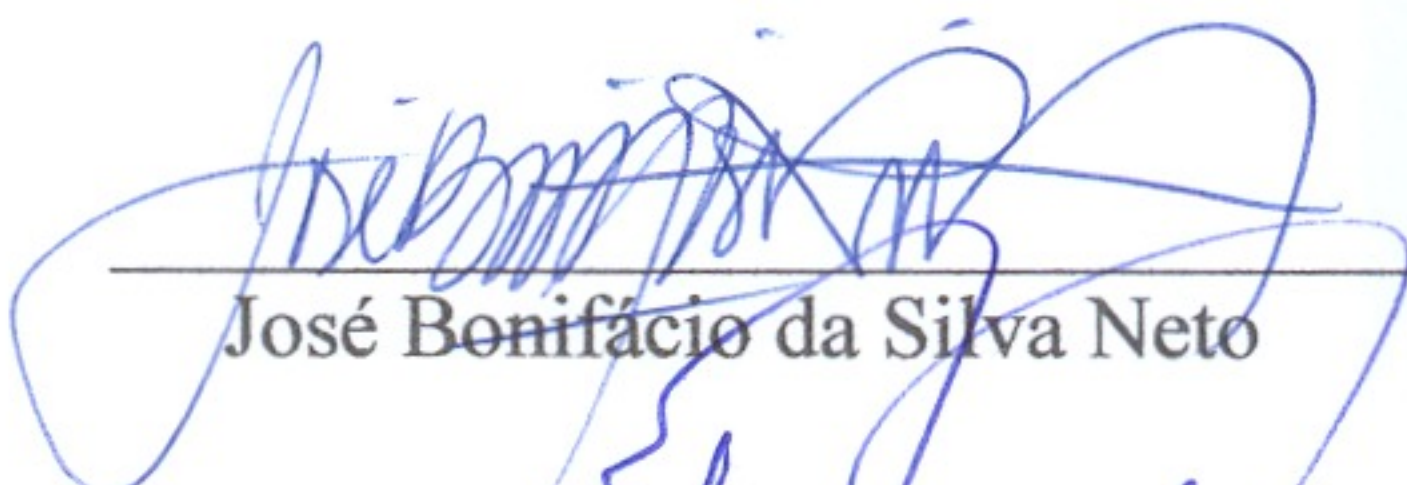
101 Município de Natal, Dr. Bruno Macedo Dantas, é favorável à regulação do presente projeto  
102 pela Lei Complementar nº 07 de 1994, em razão de ter sido dado entrada no processo dentro  
103 do prazo legal apresentado pelo atual Plano Diretor, parecer este que apresenta dissonância  
104 com o anterior sobre a aplicação dos dispositivos legais ao empreendimento. O relatório de  
105 Impacto Ambiental foi aprovado sendo indicadas algumas compensações ambientais para a  
106 sua realização. Concluído o relato pelo conselheiro Néio Archanjo, o Presidente repassa a  
107 palavra ao conselheiro Wilson Luiz Cardoso que solicita a informação da data da entrada do  
108 processo na SEMURB uma vez que no processo encontra-se protocolado já no ano de 2009.  
109 Obtém como resposta que o processo foi ingressado na STTU em 2007 e após, remetido à  
110 SEMURB o número do processo não o acompanhou sendo registrada a data de  
111 protocolamento do processo no âmbito da SEMURB. Néio Archanjo defende que o processo  
112 deveria ser inicialmente encaminhado ao órgão responsável pelo licenciamento Urbanístico  
113 para que posteriormente seja analisada a necessidade de encaminhamento do mesmo para a  
114 análise de trânsito. A este respeito o presidente responde que a SEMURB entrou em contato  
115 com o Secretário da STTU, atual SEMOB, para a alocação de funcionário desta secretaria na  
116 SEMURB de forma a promover a interação entre secretarias. Proposta esta a se concretizar  
117 posteriormente à realocação da SEMURB. Fabrício de Paula Leitão questiona acerca da  
118 existência de cláusula no Código de Obras que obriga aos empreendimentos que utilizam  
119 elevadores com hall de entrada superior a cinco metros quadrados a apresentarem iluminação  
120 e ventilação natural nos mesmos. Néio Lúcio Archanjo afirma que desconhece a existência do  
121 presente dispositivo legal e solicita a sua leitura. A conselheira Maria Cristina de Moraes  
122 afirma que uma vez constatada qualquer omissão por parte do CONPLAM, esta deve ser  
123 resolvida no presente e nos próximos casos que se apresentarem. Néio Archanjo responde  
124 afirmando que irá acrescentar ao seu relatório a obrigação imposta à empresa de adequação  
125 dos halls dos elevadores de seu empreendimento às exigências do Código de Obras. O  
126 conselheiro Raniere de Medeiros Barbosa intervém para comunicar o desaparecimento de dois  
127 processos referentes à regulamentação da ZPA 07. Wilson Luiz Cardoso afirma que o  
128 empreendimento em discussão trará considerável desenvolvimento à região em que está  
129 inserido e complementa afirmando a necessidade de revisão do Código de Obras. O presidente  
130 encerra o debate colocando o processo em votação com a ressalva da necessidade de  
131 adequação no hall de entrada dos elevadores à exigência de iluminação e ventilação natural  
132 este sendo aprovado por unanimidade. Foram retirados de pauta os processos sob a relatoria  
133 dos conselheiros Wilson Luiz Cardoso e Aldo Medeiros Junior. Dando prosseguimento às  
134 discussões, o Presidente passa para a temática do abaixo assinado realizado pelo Conselho  
135 Comunitário do bairro de Ponta Negra com a declaração de não concordância com a criação  
136 de AEIS – Área Especial de Interesse Social com a região em decorrência de esta designação  
137 trazer para a área considerável restrição no potencial desenvolvimentista prejudicando, desta  
138 forma, a população do bairro. A conselheira Maria Cristina de Moraes defende a constituição  
139 da AEI, afirmando que este ato não trará ônus real à população do bairro. Wilson Luiz  
140 Cardoso, por sua vez defende que, no âmbito da discussão de reforma do Plano Diretor deve  
141 ser ressaltada esta temática. O conselheiro José Vicente de Assis defende que, por ser este  
142 abaixo assinado de livre iniciativa dos moradores do bairro, deve ser esta vontade respeitada  
143 constituindo verdadeira razão de interesse social. O conselheiro propõe a criação de comissão  
144 incumbida de apreender a opinião da população do bairro de forma a atender de maneira mais  
145 fiel o seu interesse, proposta esta posteriormente retirada pelo ilustre conselheiro. Em  
146 substituição, José Vicente sugere a realização de audiência pública perante a Câmara  
147 Municipal para a discussão do tema. A conselheira Maria Cristina toma a palavra para  
148 informar que, por residir no bairro de Ponta Negra, vem acompanhando de perto as discussões  
149 sobre o tema e afirma que a atual gestão do conselho encabeçou uma campanha maciça contra  
150 a AEIS e continua informando a realização de projetos, de iniciativa de membros da UFRN,  
151 para a localidade que adviriam com a criação da AEIS, principalmente no que tange a  
152 segurança pública. O presidente informa que foram remetidos informes referentes aos projetos  
153 do PAC 2007, bem como sobre o recebimento de resumo informativo do projeto do emissário

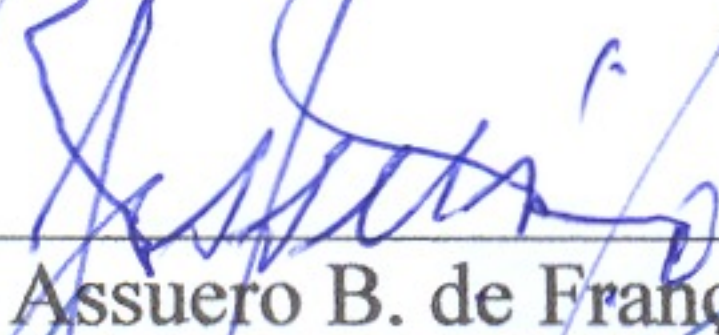
154 submarino do bairro de Ponta Negra além de relação de projetos referentes à Carta Consulta  
155 que será remetida ao Ministério das Cidades, todos remetidos pela CAERN para dar  
156 conhecimento a este conselho. Informa ainda o recebimento de ofício remetido pela SEMOV  
157 relativo às obras de drenagem da zona sul desta capital acompanhado de documentos  
158 referentes ao tema. Por fim informa a importância do comparecimento dos conselheiros à  
159 próxima reunião uma vez que nela serão fornecidas informações detalhadas acerca do processo  
160 de licenciamento do projeto da Arena das Dunas para a Copa de 2014, além de outros assuntos  
161 de extrema relevância tal como um projeto de drenagem urbana voltado para a zona sul da  
162 cidade. Continua informando, no que se refere à copa, a criação de uma comissão por parte do  
163 Ministério Público para o acompanhamento do projeto da Copa do Mundo de 2014. Ficou  
164 estabelecido que o primeiro assunto de pauta a ser discutido na reunião que se suceder será o  
165 regimento interno do CONPLAM. O conselheiro Wilson Cardoso argumenta a necessidade da  
166 criação de um grupo para discutir minuciosamente o Regimento Interno do Conselho. Fabrício  
167 de Paula Leitão aproveita para reiterar o envio, por parte da secretaria, de cópias do atual  
168 Regimento Interno para que os conselheiros possam analisá-lo previamente. Informa ainda a  
169 ocorrência de uma maior demanda nas atividades do CONPLAM durante o mês de agosto que  
170 se dará em decorrência do processo de licenciamento da Copa 2014. Concluídos os trabalhos o  
171 Presidente agradeceu a presença de todos, lembrando a data da próxima Reunião  
172 Extraordinária 161ª do dia 11 de agosto e nada mais havendo a declarar o senhor Presidente  
173 Kalazans Louzã Bezerra da Silva, deu por encerrada a Reunião Ordinária 187ª e para constar  
174 eu, Teresa Neumann Miranda de Andrade, Secretária Executiva do colegiado, lavrei a  
175 presente ata que lida e aprovada vai assinada por mim e pelos presentes, em 15 de setembro de  
176 2009.

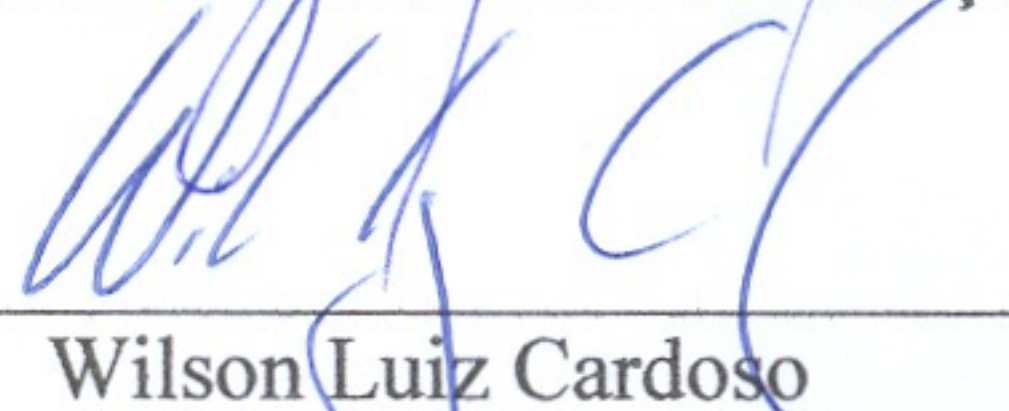
  
\_\_\_\_\_  
Teresa Neumann Miranda de Andrade  
Secretária Executiva

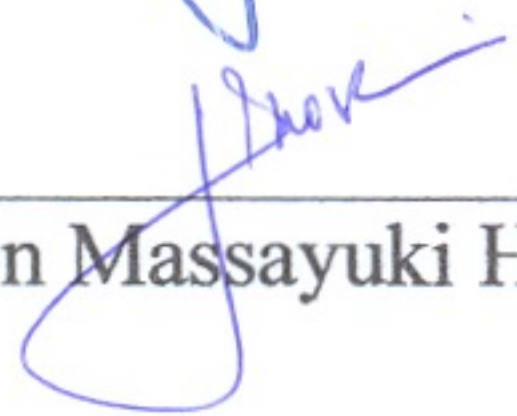
  
\_\_\_\_\_  
Kalazans Louzã Bezerra da Silva  
Presidente

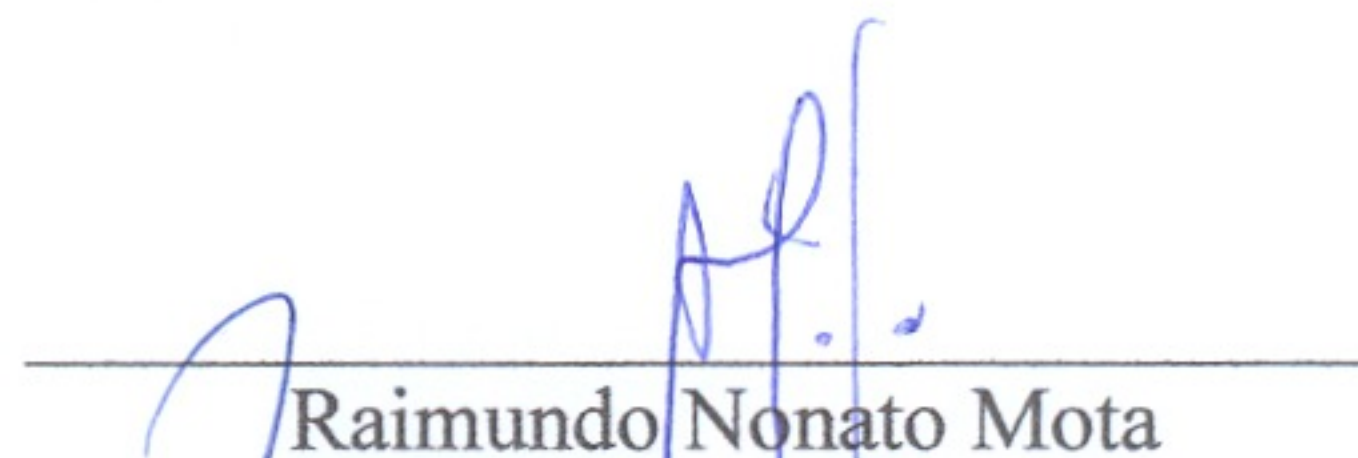
PRESENTES:

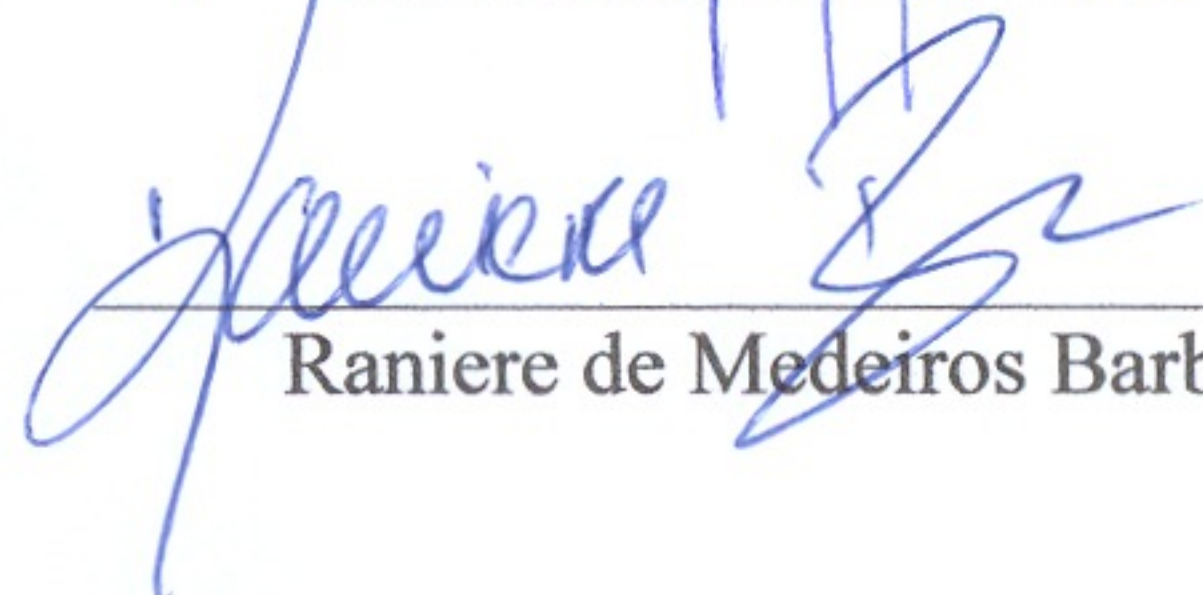
  
\_\_\_\_\_  
José Benifácio da Silva Neto


  
\_\_\_\_\_  
Francisco Assuero B. de França

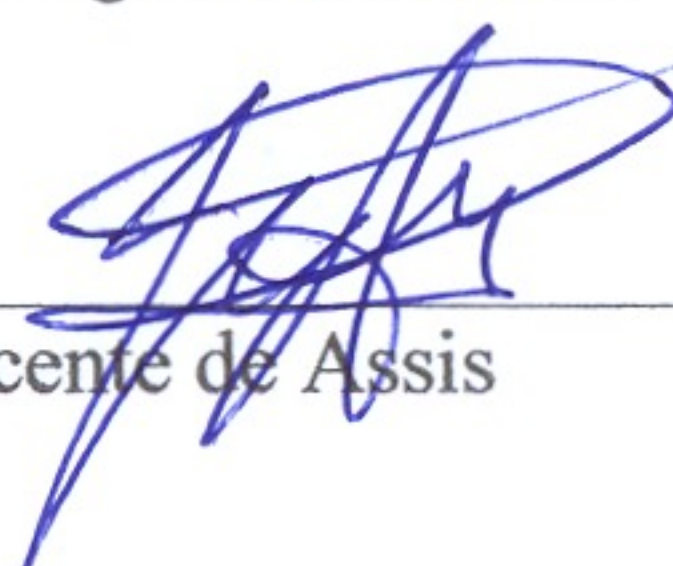
  
\_\_\_\_\_  
Wilson Luiz Cardoso

  
\_\_\_\_\_  
Edson Massayuki Hiroshi

  
\_\_\_\_\_  
Raimundo Nonato Mota

  
\_\_\_\_\_  
Raniere de Medeiros Barbosa

  
\_\_\_\_\_  
Cláudio Negreiros Bezerra

  
\_\_\_\_\_  
José Vicente de Assis



Ronald Gurgel

Aldo Medeiros Junior

Marcos da Cunha Borges

Keila Brandão Cavalcanti

Maria Cristina de Moraes

Sílvio de Araújo Bezerra

Néio Lúcio Archanjo

Davi Queiroz de Medeiros

Fabício de Paula Leitão